

Governo Lula abre mão de verba para Lira distribuir até a deputados da oposição

Presidente da Câmara prometeu recursos de emendas para parlamentares novatos na Casa, que cobram garantia de liberação

Thiago Resende e Cátia Seabra

BRASÍLIA — O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez um acordo com Arthur Lira (PP-AL) para que parte da verba de ministérios seja usada em emendas de deputados novatos que ajudaram a reeleger o presidente da Câmara.

Parlamentares recém-eleitos não conseguem indicar emendas, porque o Orçamento é negociado e fechado antes de eles assumirem o mandato.

Por isso, na campanha para manter o comando da Câmara, Lira prometeu que os novatos também poderiam, ao longo de 2023, enviar dinheiro para obras e projetos em seus redutos eleitorais.

Aliados de Lira e do governo afirmam que a sinalização é de que cada um dos 219 novos deputados possa indicar o uso de R\$ 13 milhões como se fossem emendas.

Lira foi reconduzido para a presidência da Câmara dos Deputados com votação recorde. Ele obteve 464 dos 513 votos possíveis após costurar uma ampla aliança política.

A lista inclui tanto governistas quanto parlamentares da oposição a Lula. Integrantes do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, e membros de siglas independentes como PP e Republicanos também serão beneficiados.

Auxiliares de Lula dizem que, para não desagradar a Lira, o governo pretende atender pedidos de deputados adversários do Palácio do Planalto. A expectativa é que, com essas negociações, consiga colher alguns votos da oposição em projetos reformistas, como a reestruturação do sistema tributário e a nova política de controle de gastos.

Deputados novatos têm cobrado uma garantia de que serão beneficiados pelas emendas, apesar de a promessa poder ser cumprida até o fim do ano. Eles temem que sejam obrigados a recorrer aos ministros para liberar a verba.

O ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) é o avalista dos acordos para as emendas.

Não há mais recursos no Orçamento para emendas propriamente ditas — todas já foram reservadas. Com isso, a verba para bancar as indicações dos novatos virá do orçamento direto de ministérios.

A liberação do dinheiro será, portanto, fruto de negociação política entre o Congresso e o Palácio do Planalto.

Lula herdou R\$ 9,8 bilhões do Orçamento de 2023 que iriam para as emendas de relator. Após o STF (Supremo Tribunal Federal) declarar esse mecanismo inconstitucional, aliados do petista e a cúpula do Congresso costuraram um acordo para dividir o dinheiro reservado para essas emendas.

Os articuladores políticos de Lula planejam usar os R\$ 9,8 bilhões para negociações com o Congresso. Parte dessa verba será usada para atender às promessas de Lira aos novatos, segundo integrantes do Palácio do Planalto e membros da Câmara. A estimativa é que essa fatia fique em torno de R\$ 3 bilhões, mas o valor ainda está em tratativa.

Apesar de Lula ter conseguido ficar com R\$ 9,8 bilhões da sobra das emendas de relator, a verba foi distribuída de acordo com critérios definidos pelo próprio Congresso, que an-

Distribuição de emendas em acordo com Lira

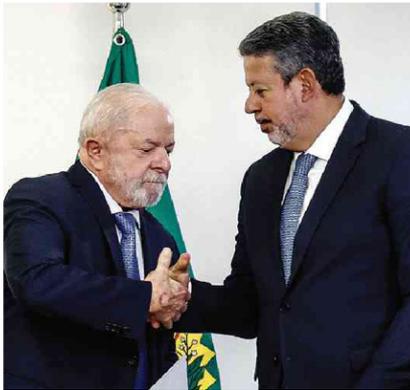


- Governo prevê usar esses recursos para negociações com o Congresso
- Parte do dinheiro (R\$ 3 bilhões ou mais) deve ir para deputados novatos, que receberam promessa de Lira

R\$ 13 milhões

é o valor esperado para as emendas dos novos deputados

Fonte: Congresso Nacional



tes controlava esses recursos.

O dinheiro foi para áreas de interesse dos parlamentares, como construção de estradas, compras de tratores e obras — na mesma proporção que o Congresso havia decidido distribuir antes de o STF declarar as emendas de relator inconstitucionais.

Na prática, apesar da decisão da corte, o Orçamento de 2023 manteve os recursos nas mesmas ações e projetos que já estavam previstos no ano passado em acordos políticos entre líderes do centrão. A diferença é o código, que deixa de ser o RP9 (emendas de relator) e passa a ser o RP2 (recurso dos ministérios).

Isso ocorreu com rubricas para projetos de fomento ao setor agropecuário (que financiam compras de máquinas e tratores) e qualificação viária (obras em rodovias, especialmente pavimentação, por ser de rápida execução).

Além disso, a lista inclui implantação de sistemas adutores para abastecimento de água no canal do sertão alagoano e outras obras da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba), dominada pelo centrão no governo Bolsonaro e que pode ficar novamente com o grupo na gestão Lula.

Em outra frente de negociação, integrantes do Palácio do Planalto pretendem fazer uma nova rodada de nomeações em cargos de segundo e terceiro escalões. Isso, porém, ainda depende de aval

de Lula para os nomes indicados por políticos.

O governo avalia manter o engenheiro Marcelo Moreira no comando da Codevasf e trocar superintendentes nos estados. Ele foi indicado pelo deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA) para presidir a empresa em 2019, no início do governo Bolsonaro.

Articuladores políticos do Planalto têm sido cobrados para a liberação de cargos prometidos, especialmente para a União Brasil — além de Elmar, há indicações do ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (AP) e do presidente da sigla, Luciano Bivar (PE).

Para cargos regionais em estatais, o governo pretende atender a pedidos de parlamentares de partidos que se aliaram a Bolsonaro, como PP, Republicanos e o próprio PL.

Além do crivo de Lula, as nomeações também podem demorar por causa de questões legais ou até mudanças na Lei das Estatais. É o caso do ex-governador de Pernambuco Paulo Câmara, aliado do presidente, e que deve comandar o Banco do Nordeste.

A ideia de interlocutores do Palácio do Planalto é que a distribuição dos cargos e das emendas seja feita a contagotas. A estratégia é liberar mais nomeações e verba a parlamentares quando o governo for passar por votações importantes no Congresso.

Para este semestre, Lula definiu como prioridade a reforma tributária e a revisão do teto de gastos.

O presidente Lula cumprimenta o presidente da Câmara, Arthur Lira

Catiele Bili

11.jan.23/Folhapress

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4